

CADERNOS DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

ÍNDICE DE ANOTAÇÕES (n.ºs 0 a 116) (*)

ABREU, LUÍS VASCONCELOS – Infracção disciplinar continuada ou princípio da unidade da infracção disciplinar? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/1/2003, P. 604/02) – **44-17**

ABREU, LUÍS VASCONCELOS – Despacho de mero expediente ou *decisão-surpresa*? (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 28/1/2004, P. 46 134) – **46-21**

ALMEIDA, ANTÓNIO DUARTE DE – A natureza da aprovação do projecto de arquitectura e a responsabilidade pela confiança no Direito do Urbanismo (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/5/2001, P. 46 227) – **45-20**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Para uma maior responsabilização das partes no recurso (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 19/1/1993, P. 24 606) – **0-21**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Nulidade dos actos desconformes com a sentença (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 13/7/1995, P. 31 129) – **2-18**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Reinstrução do procedimento e plenitude do *processo de execução das sentenças* (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 29/1/1997, P. 27 517-B) – **3-12**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Renovação do acto anulado e causa legítima de inexecução: revisitação do tema (Ac. do TCA Sul, de 21/2/2008, P. 805-A/03) – **73-23**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Um importante contributo no sentido do alargamento do objecto do recurso (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 14/5/1997, P. 31 158) – **6-23**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Utilidade da anulação contenciosa de actos administrativos (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 30/9/1997, P. 39 858) – **8-49**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Suspensão de eficácia de actos administrativos de execução de sentença (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 17/6/1997, P. 42 389) – **11-16**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Sobre as regras de distribuição do ónus material da prova no recurso contencioso de anulação de actos administrativos (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 26/1/2000, P. 37 739) – **20-38**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – *Sensibilidade e bom senso* (na determinação de actos devidos) (Acs. do STA – 1.ª Secção, de 1/3/1995, P. 22 833-A, e de 2/12/1997, P. 39 281) – **29-3**

(*) Os algarismos indicados em primeiro lugar, a seguir a cada entrada, correspondem ao número dos *Cadernos*; os algarismos indicados em segundo lugar correspondem ao número das páginas.

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Recurso hierárquico, acto tácito e condenação à prática de acto devido (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 24/11/2004, P. 903/04) – **53-3**

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – Art. 100.º, n.º 2, do CPTA: mera faculdade ou ónus de impugnação? (Ac. do STA de 27/1/2011, P. 850/10) – **90-45**

ALVES, JOÃO GOMES – Natureza jurídica do acto de aprovação municipal do projecto de arquitectura (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/5/1998, P. 43 497) – **17-13**

ALVES, PEDRO DELGADO – Procurando o limite das quatro linhas (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 10/9/2008, P. 120/08) – **83-12**

ALVES, PEDRO DELGADO – Um cavalo de Tróia no contencioso contratual: suspensão do contrato em sede de medidas provisórias do DL n.º 134/98, de 15/5 (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 11/12/2002, P. 48 396-A) – **49-3**

AMARAL, DIOGO FREITAS DO – O princípio do contraditório nos recursos interpostos pelos presidentes dos órgãos colegiais em defesa da legalidade (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 4/3/1997, P. 41 308) – **6-32**

AMARAL, MARIA LÚCIA – Responsabilidade civil extracontratual do Estado: a propósito do prazo de prescrição do direito à indemnização (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 2/10/1997, P. 35 488) – **12-31**

AMARAL, MARIA LÚCIA – Separação horizontal e separação vertical de poderes. Funções do Estado e autonomia local (Ac. do Tribunal dos Conflitos de 18/3/1997, P. 301, e Acs. do STA – 1.ª Secção, de 23/1/1996, P. 34 870, e de 3/2/2000, P. 45 574) – **24-18**

AMORIM, JOÃO PACHECO DE – Os pressupostos do direito de inscrição na Ordem dos Arquitectos (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 12/7/2006, P. 217/06) – **63-18**

AMORIM, JOÃO PACHECO DE E TEIXEIRA, FRÉDÉRIC – A incidência profissional das habilitações académicas (Ac. do STA de 30/4/2013, P. 1471/12) – **105-42**

ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE – Em defesa do recurso hierárquico (Ac. do Tribunal Constitucional, n.º 499/96, P. 383/93, de 20/3/1996) – **0-13**

ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE – O controle jurisdicional do dever de reapreciação de actos administrativos negativos (Acs. do STA – 1.ª Secção, de 17/10/1995, P. 37 694, de 23/5/1996, P. 37 959, de 2/7/1996, P. 38 877, e de 14/1/1997, P. 39 289) – **1-35**

ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE – Discricionaridade e reforma de actos administrativos vinculados desfavoráveis (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/3/1996, P. 37 751) – **11-10**

ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE – Nulidade e anulabilidade do acto administrativo (Ac. do STA – Plenário, de 30/5/2001, P. 22 251) – **43-41**

ANDRADE, J. C. VIEIRA DE – A classificação administrativa do domínio público municipal (Ac. do STA de 3/4/2008, P. 934/07) – **78-60**

ANDRADE, J. C. VIEIRA DE – O prazo de prescrição do direito de indemnização por responsabilidade pública (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 26/10/2011, P. 83/11) – **113-25**

ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE – A “via de facto” perante o juiz administrativo (Ac. do TCA Sul de 22/11/2012, P. 5515/09) – **104-38**

ANDRADE, JOSÉ ROBIN DE – A execução das sentenças condenatórias dos Tribunais Administrativos (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 14/11/1996, P. 37 427) – **5-13**

ANDRADE, JOSÉ ROBIN DE – Competências concorrentes entre tribunais estaduais e tribunais arbitrais no domínio cautelar (Ac. do TCA Sul de 6/3/2014, P. 10 845/14) – **116-49**

ANTUNES, AQUILINO PAULO – Arbitragem necessária sobre medicamentos *vs.* direitos de propriedade industrial e acesso à informação (Ac. do TCA Sul, de 30/4/2015, P. 12 046/15) – **114-37**

ANTUNES, TIAGO – *Espreitar pelo buraco do Orçamento* – acesso à informação administrativa quanto a estudos de preparação orçamental? (Ac. do STA de 10/9/2014, P. 410/14) – **115-40**

ANTUNES, LUÍS FILIPE COLAÇO – Nem eutopia nem utopia ambiental mas défice da fundamentação do acto (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 28/1/1999, P. 37 735) – **15-33**

ANTUNES, LUÍS FILIPE COLAÇO – O equívoco da discriminação plurisubjectiva na tutela de um mítico personagem: de Jhering a Giannini (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 15/12/1999, P. 43 704) – **30-20**

ANTUNES, TIAGO – Um «passeio» pelos poderes condenatórios dos tribunais administrativos (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 22/4/2004, P. 1276/02) – **51-26**

AYALA, BERNARDO DINIZ DE – O método de escolha do co-contratante da Administração nas concessões de serviços públicos (Ac. do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia – 6.ª Secção, de 7/12/2000, P. C-324/98) – **26-3**

AYALA, BERNARDO DINIZ DE – Liberdade e vinculação da Administração na avaliação de propostas no âmbito da contratação pública (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 22/4/2004, P. 300/04) – **49-40**

AYALA, BERNARDO DINIZ DE – A distinção entre formalidades essenciais e não essenciais no quadro da concertação administrativa (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 17/1/2001, P. 44 249) – **56-18**

BARROS, MANUEL FREIRE – Um problema de legitimidade activa no contencioso eleitoral administrativo (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 1/10/1998, P. 44 180) – **18-20**

BRITO, MIGUEL NOGUEIRA DE – O político e o normativo (Ac. do STA de 9/12/2010, P. 855/10) – **90-33**

BRITO, MIGUEL NOGUEIRA DE (ver também ANDRADE, ANA ROBIN de) – A tutela constitucional da posição do inquilino: entre o direito constitucional de propriedade privada e o direito à habitação (Ac. do TCA Sul de 10/2/2011, P. 6347/10) – **108-54**

BRITO, WLADIMIR – Impugnação de normas: a urgência de um novo paradigma jurídico-processual (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 26/11/2003, P. 146/03) – **56-48**

BRITO, WLADIMIR, *Primo distinguendum, postea judicandum* (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 31/10/2006, P. 661/05) – **72-16**

CABRAL, MARGARIDA OLAZABAL – Direito de reversão face a terceiros adquirentes? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 22/4/1997, P. 37 659) – **6-38**

CABRAL, MARGARIDA OLAZABAL – A anulação de um concurso público – acto recorável. Acto ilícito? (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 17/12/1999, P. 40 313) – **32-31**

CABRAL, MARGARIDA OLAZABAL – Habilitação v. qualificação e as consequências da exigência de requisitos ilegais (art. 51.º do CCP) (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 30/1/2013, P. 993/12) – **109-13**

CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES – Aceitação da nomeação *versus* aceitação do acto administrativo (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 7/3/2002, P. 10 554) – **37-42**

CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES – A prova em contencioso administrativo (AC. do TCA Sul de 14/11/2007, P. 2982/07) – **69-41**

CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES – Intervenção de terceiros na acção de responsabilidade civil da Administração (Acs. do STA – 1.ª Secção, de 15/5/2003, P. 543/03, e de 29/5/2003, P. 1960/02) – **53-22**

CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES – Convolação da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito em responsabilidade pelo risco (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 3/3/2005, P. 745/04) – **57-14**

CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES – Legitimidade plural e relação jurídica administrativa (Ac. do STA de 21/9/2006, P. 331/06) – **62-28**

CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES – Excepções ao princípio da facultatividade das impugnações administrativas (Ac. do STA de 4/6/2009, P. 377/08) – **85-17**

CADILHA, ANTÓNIO – Aplicabilidade e alcance do art. 128.º do CPTA no âmbito do contencioso pré-contratual (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 3/10/2013, P. 829/13) – **108-14**

CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES – Responsabilidade civil dos concessionários de autoestradas (Ac. do TCA Norte de 6/5/2010, P. 1566/08.2BEBRG) – **92-32**

CADILHA, CARLOS ALBERTO FERNANDES – Competência dos tribunais administrativos para ação de regresso fundada em contrato de seguro (Ac. do TCA Norte de 13/1/2012, P. 47/10.9BEAVR) – **104-26**

CALDAS, FILIPA – Ver SILVA, PAULA COSTA E

CALVÃO, FILIPA URBANO – A recorribilidade do acto de adjudicação condicionado (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 31/3/1998, P. 33 602) – **12-19**

CALVÃO, FILIPA URBANO – A recorribilidade do acto administrativo sujeito a condição suspensiva. A audiência do interessado como evento condicionante (Ac. do STA – 1.ª Secção,

de 13/4/1999, P. 44 105) – **21-23**

CALVÃO, FILIPA URBANO – O procedimento administrativo como instrumento de coordenação de competências (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 13/2/2001, P. 46 923) – **32-41**

CALVETE, VICTOR, e MAÇÃS, FERNANDA – O fim do mito da “unidade de jurisdição” no controlo das decisões da Autoridade da Concorrência? (Ac. do STA de 5/7/2007, P. 223/07) – **74-3**

CAPITÃO, GONÇALO – Legalização/licenciamento de obras particulares: unidade ou dualidade de regimes? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 21/3/2001, P. 46 857) – **31-22**

CARMONA, MAFALDA – *Ver*: CORREIA, JOSÉ MANUEL SÉRVULO

CARVALHO, RAQUEL – Restrição ilegítima do direito à informação procedimental (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 2/6/1999, P. 2998) – **23-42**

CARVALHO, RAQUEL – Os direitos à informação administrativa (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 7/6/2001, P. 5461) – **33-25**

CARVALHO, RAQUEL – A invalidade derivada nos contratos administrativos: para além da aparência... (Ac. do TCA Norte de 15/4/2010, P. 1480/09.4BEBRG) – **84-32**

CARVALHO, RAQUEL – A adjudicação inválida (mas não invalidada), o contrato e o direito à tutela judicial efetiva (Ac. do TCA Norte de 7.10.2011, P. 858/10.5BEAVR) – **96-29**

CARVALHO, RAQUEL – O acesso a documentos administrativos: nominativos? (Ac. do STA de 24/1/2012, P. 668/11) – **115-27**

CASTRO, CATARINA SARMENTO E – Direito à informação procedimental: os interesses e os interessados. Todos diferentes, todos iguais? (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 6/4/2000, P. 4189) – **31-36**

CASTRO, CATARINA SARMENTO E, e VEIGA, PAULA – Os agentes da GNR enquanto elementos de força de segurança de tipo militarizado sem *capitis deminutio* (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 2/6/1999, P. 42 116) – **21-33**

CATARINO, LUÍS GUILHERME – Contencioso da responsabilidade – uma Hidra de Lerna? (Ac. do STJ de 28/2/2002, P. 3422/01) – **41-3**

CAUPERS, JOÃO – Acesso a documentos nominativos: direito à informação ou reserva da intimidade? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 29/10/1996, P. 41 136) – **1-29**

CAUPERS, JOÃO – A pretexto do acórdão do STA de 15 de Outubro de 1998 (recurso 36 811) (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 15/10/1998, P. 36 811) – **17-17**

CAUPERS, JOÃO – A Administração entalada: não feche o Tribunal de Contas as portas que o legislador abriu! (Ac. do Tribunal de Contas – 1.ª Secção/Pleno, n.º 21/01, de 3/4/2001) – **33-3**

CAUPERS, JOÃO – Os malefícios do tabaco (Ac. do Tribunal Constitucional n.º 236/2004, de 13/4/2004, P. 92/2003) – **46-3**

CAUPERS, JOÃO – De volta a uma fronteira turbulenta – atos administrativos e atos

políticos (Ac. do TCA Sul de 7/2/2013, P. 5849/10) – **99-40**

CORREIA, FERNANDO ALVES – Direito de reversão (expropriação) (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 19/1/1995, P. 31 955) – **0-49**

CORREIA, FERNANDO ALVES – “Caducidade” de licenças e aprovações urbanísticas incompatíveis com as disposições de um superveniente PROT: uma solução constitucionalmente admissível? (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 30/9/1997, P. 35 751) – **14-24**

CORREIA, JOSÉ MANUEL SÉRVULO – Conceitos jurídicos indeterminados e âmbito do controlo jurisdicional (Ac. do STA de 17/1/2007, P. 1068/06) – **70-32**

CORREIA, JOSÉ MANUEL SÉRVULO – O direito dos interessados à informação: *ubi ius, ibi remedium* (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 2/5/1996, P. 40 120) – **5-3**

CORREIA, JOSÉ MANUEL SÉRVULO – O princípio *pro actione* e o âmbito de cognição no recurso de revista (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 22/11/2004, P. 1011/04) – **48-36**

CORREIA, JOSÉ MANUEL SÉRVULO e CARMONA, MAFALDA – O princípio *pro actione* no procedimento administrativo (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 22/1/2004, P. 2064/03) – **44-30**

CORTEZ, MARGARIDA – Fogo-fátuo: a autonomia das acções de indemnização (Ac. do STA – Pleno da 1.^a Secção, de 27/2/1996, P. 23 058) – **1-8**

CORTEZ, MARGARIDA – O crepúsculo da invalidade formal? (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 1/7/1997, P. 41 588) – **7-32**

CORTEZ, MARGARIDA – Aproveitamento de acto administrativo inválido: custas pelo recorrente? (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 7/11/2001, P. 38 983) – **37-26**

COUTINHO, LUÍS PEREIRA – Regime do destaque: prazo de decisão (Ac. do TCA Sul de 14/7/2011, P. 7185/11) – **93-42**

CRESPO, MIGUEL ÂNGELO – A primazia do recurso excepcional de revista (Ac. do STA de 5/6/2008, P. 447/08) – **74-31**

CRESPO, MIGUEL ÂNGELO – O ónus de concluir em recurso jurisdicional no contencioso administrativo (Acs. do TCA Sul de 8/2/2007, P. 213/04, e do TCA Norte de 11/10/2007, P. 2077/04.OBELSB) – **68-38**

CUNHA, JOSÉ MANUEL DAMIÃO DA – Escutas e processo disciplinar público – breves notas (Ac. do STA de 30/10/2008, P. 878/08) – **93-31**

DIAS, JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO – Relevância prática da “intimação para consulta de documentos” na garantia jurisdicional do direito à informação dos administrados (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 11/3/1997, P. 41 855) – **5-50**

DIAS, JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO – A suspensão da eficácia e a polissemia da noção de interesse público: um salto em frente na protecção cautelar do ambiente (Ac. do STA – 1.^a Secção, de 17/9/1996, P. 40 935) – **7-8**

DUARTE, DAVID – Alguns problemas relativos à autovinculação administrativa (Ac. do STA – Pleno da 1.^a Secção, de 5/3/1997, P. 33 661) – **6-3**

DUARTE, DAVID – A propósito das competências dos órgãos dirigentes, as conexões normativas da previsão da norma do acto silente de indeferimento (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 27/4/1999, P. 33 557) – **26-26**

DUARTE, DAVID – A fundamentação e a linguagem: as suas funções ilocutórias e as medidas normativas de suficiência (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 7/11/2002, P. 42 073) – **41-36**

DUARTE, TIAGO – Providência cautelar e resolução fundamentada: *The winner takes it all?* (Ac. do TCA Sul, de 13/10/ de 2005, P. 1052/05) – **55-36**

EIRÓ, VERA – Adjudicar, não contratar e... indemnizar (Ac. do STA n.º 1/2010, de 22/10/2009, P. 557/08) – **80-32**

EIRÓ, VERA – “Que indemnização é esta?” – A aplicação do artigo 102.º, n.º 5, do CPTA – Ac. do TCA Sul de 11/5/2006, P. 1149/05 – **62-41**

EIRÓ, VERA – Quem não sabe assinar não pode participar (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 9/4/2014, P. 40/14 – **108-31**

ESTORNINHO, MARIA JOÃO – Um contrato ilegal ... é legal? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 15/10/1996, P. 38 665) – **1-19**

ESTORNINHO, MARIA JOÃO – Critério da ambiência de direito público: esforço inglório para salvar o contrato administrativo? (Ac. do Tribunal dos Conflitos, de 14/1/1997, P. 307) – **2- 9**

FÁBRICA, LUÍS – A acção popular já não é o que era (Acs. do TCA – 1.ª Secção, de 13/5/1999, P. 2736, e de 8/3/2001, P. 408/01) – **38-35**

FARINHO, DOMINGOS SOARES – *Em Terra de Ninguém* – Da interrupção e suspensão de obras em terrenos expropriados (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 24/10/2001, P. 41 624) – **49-20**

FERNANDES, FRANCISCO LIBERAL – Relação de emprego público *versus* contrato de avença: critérios de qualificação (Acs. do STA – 1.ª Secção, de 2/4/1998, P. 43 355, e de 5/5/1998, P. 43 338) – **11-45**

FERNANDES, FRANCISCO LIBERAL – Sobre a legitimidade em procedimento administrativo dos sindicatos dos trabalhadores da Administração Pública (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 25/10/2005, P. 1954/03) – **56-32**

FERNANDEZ, ELIZABETH – Normas de protecção ambiental. *Deficit* de execução. Processo de intimação para um comportamento (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 28/11/1996, P. 41 249) – **4-31**

FERNANDEZ, ELIZABETH – A “camuflada” acção para reconhecimento de direitos (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 13/1/2000, P. 3877) – **26-53**

FERNANDEZ, ELIZABETH – A Reserva Ecológica Nacional e a prescrição do direito à indemnização (Ac. do STA de 7/5/2003, P. 1067/02) – **61-30**

FERNANDEZ, ELIZABETH – Urgência e recursos – A apelação autónoma das decisões interlocutórias (Ac. do TCA Sul de 15/4/2010, P. 5959/10) – **83-41**

FERNANDEZ, ELIZABETH – *Post scriptum*: o momento, o tempo e os efeitos do recurso das decisões interlocutórias em processo urgente (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, n.º 2/2011, P. 225/11, de 16/6/2011) – **98-23**

FERREIRA, RUI CARDONA – Responsabilidade civil em caso de recusa de visto do Tribunal de Contas (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 18/10/2011, P. 322/2011) – **99-16**

FERREIRA, RUI CARDONA – Âmbito da indemnização em caso de responsabilidade da entidade adjudicante (Ac. do STA de 20/6/2013, P. 1360/12) – **104-11**

FOLQUE, ANDRÉ – Antes de ser expropriado, já o era ... (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 6/2/2001, P. 43 274) – **48-18**

FOLQUE, ANDRÉ – Expropriação por utilidade particular: efeitos a cedência de parcela ao domínio público (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 29/4/2014, P. 614/13) – **110-25**

FONSECA, ISABEL CELESTE – Para uma nova tutela cautelar na justiça administrativa. Prólogo de uma batalha... (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 8/7/1997, P. 42 481) – **8-37**

FONSECA, ISABEL CELESTE – Suspensão da expropriação da Quinta dos Milagres: uma aguarela de mil cores inacabada ... (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/4/2000, P. 45 899-A) – **30-33**

FONSECA, ISABEL CELESTE M. – A garantia do prazo razoável: o juiz de Estrasburgo e o juiz nacional (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 30/10/2003, P. 12 780) – **44-43**

FONSECA, ISABEL CELESTE M. – As (in)justiças do artigo 121.º do CPTA: depressa e bem... há pouco como (Ac. do TCA Norte de 26/7/2007, P. 3160/06.3BEPRT) – **67-52**

FONSECA, ISABEL CELESTE M. – Indeferimento da condenação (cautelar) à emissão de parecer: porque o céu não é o limite ... (Ac. do TCA Norte, de 3/3/2005, P. 687/04.5BEVIS) – **52-33**

FONSECA, ISABEL CELESTE M. – Violação do prazo razoável e reparação do dano: quantas novidades, *mamma mia!* (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 9/10/2008, P. 319/08) – **72-283**

FONSECA, ISABEL CELESTE M. – Preclusão da sindicabilidade jurisdicional de ato (nulo): sistema muito (in)coerente! (Ac. do TCA Sul de 23/10/2008, P. 1170/05) – **92-21**

FREITAS, DINAMENE DE – Os poderes do tribunal de apelação na intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias (Ac. do TCA Norte de 12/3/2009, P. 2236/08.7BEPRT) – **81-30**

FREITAS, JOSÉ LEBRE DE – As providências cautelares não especificadas na jurisdição administrativa (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 31/5/2001, P. 5494) – **33-18**

FREITAS, TIAGO FIDALGO DE – O “controlo de gestão” nos organismos de direito público e as pessoas colectivas de (mera) utilidade pública (Ac. do TCA Sul de 2/4/2009, P. 4850/09) – **83-29**

GALVÃO, SOFIA DE SEQUEIRA – Plano de Urbanização da Costa do Sol – um exemplo de autonomia perdida?, ou o paradigma da autonomia aparente? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de

20/3/1997, P. 33 296) – **8-18**

GALVÃO, SOFIA DE SEQUEIRA – *Jus aedificandi*, natureza versus protecção constitucional – equívocos reiterados (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 1/2/2001, P. 46 825) – **44-12**

GARCIA, MARIA OLINDA / LOPES, DULCE – Arrendamento e legitimidade urbanística nas operações de loteamento (Ac. do TCA Sul de 24/1/2013, P. 7165/11) – **102-47**

GOMES, CARLA AMADO – And now something completely different: a co-incineração nas malhas da precaução (Ac. do TCA-Norte – 1.ª Secção, de 29/3/2007, P. 758/06.3BECBR) – **63-39**

GOMES, CARLA AMADO – Sobre a não preclusão do direito de invocar novos vícios no âmbito do recurso contencioso por referência ao recurso hierárquico (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 19/12/1995, P. 28 774) – **0-25**

GOMES, CARLA AMADO – Recurso hierárquico e suspensão automática dos efeitos de sanção disciplinar: nem o patrão morre nem a gente almoça! (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 30/1/1997, P. 40 625) – **5-43**

GOMES, CARLA AMADO – Servidões de interesse cultural: cultura, a quanto obrigas! (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 18/3/1998, P. 40 482) – **11-31**

GOMES, CARLA AMADO – O construtor distraído, o vizinho descontente, o Presidente da Câmara esquecido e o Tribunal que se ocupou da questão ... (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/4/1998, P. 41 132) – **14-46**

GOMES, CARLA AMADO – Era uma vez ... uma execução coerciva: o caso *Société Immobilière de Saint Just* revisitado (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 15/10/1998, P. 37 451) – **15-3**

GOMES, CARLA AMADO – Todas as cautelas são poucas no contencioso administrativo (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 4/2/1999, P. 2263) – **18-27**

GOMES, CARLA AMADO – Embargos e demolições: entre a vinculação e a discricionariedade (Acs. do STA – 1.ª Secção, de 6/5/1998, P. 39 405, e de 19/5/1998, P. 43 433) – **19-37**

GOMES, CARLA AMADO – Um por todos e todos pela protecção ambiental (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 30/9/1999, P. 41 668) – **31-3**

GOMES, CARLA AMADO – Farsa em dois actos: enganos e desenganos sobre o artigo 18.º da Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/12/2001, P. 48 265) – **33-11**

GOMES, CARLA AMADO – Algumas cautelas são excessivas no contencioso administrativo (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 6/6/2002, P. 11 391) – **36-40**

GOMES, CARLA AMADO – Intimação para um comportamento: Contraditória ... ou talvez não? (Ac. do Tribunal Constitucional n.º 373/2002, de 26/9/2002, P. 899/98) – **38-3**

GOMES, CARLA AMADO – A responsabilidade e a(s) sua(s) circunstância(s) (Ac. do

STA – 1.ª Secção, de 4/12/2003, P. 557/03) – **45-36**

GOMES, CARLA AMADO – Intimação para protecção de que direitos, liberdades e garantias? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 18/11/2004, P. 978/04) – **50-32**

GOMES, CARLA AMADO – D. Quixote, cidadão do mundo: da *apoliticidade* da legitimidade popular para defesas de interesses transindividuais (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 13/1/2005, P. 85/04) – **53-41**

GOMES, CARLA AMADO – (Ir)responsabilidade do Estado por transfusão de sangue com HIV: a tradição ainda é o que era (?) (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 14/12/2005, P. 351/05) – **57-24**

GOMES, CARLA AMADO – Omissão de pronúncia ou excesso de pronúncia? Refracções substantivas e processuais de uma execução coerciva (Ac. do TCA Norte de 18/12/2009, P. 939/05.7BEBR) – **86-12**

GOMES, CARLA AMADO – *Una notazione molto particolare* – reflexões em sede de intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias (Ac. do STA de 23/11/2010, P. 673/10) – **90-19**

GOMES, CARLA AMADO – Há mar e mar, há pescar e danificar (Ac. do TCA Sul de 7/2/2013, P. 5849/10) – **99-30**

GOMES, CARLA AMADO – Presunção e diligência, cada um toma a que deve (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 15/5/2014, P. 1504/13) – **112-30**

GONÇALVES, PEDRO – Acórdão *Presstext*: modificação de contrato existente vs. adjudicação de novo contrato (Ac. do TJCE de 19/6/2008, P. C-454/06) – **73-3**

GONÇALVES, PEDRO – Poderá o parecer vinculante ser um acto recorrível? (Acs. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 7/5/1996, P. 27 573, e do STA – 1.ª Secção, de 4/10/95, P. 32 582) – **0-30**

GONÇALVES, PEDRO – Quem vence um concurso para a escolha de funcionários a nomear: o primeiro classificado ou, em conjunto, todos os que ficam em condições de ser nomeados? (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 30/4/1997, P. 30 263) – **6-13**

GONÇALVES, PEDRO – A «soberania limitada» das federações desportivas (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 7/6/2006, P. 262/06) – **59-41**

GONÇALVES, PEDRO COSTA – Natureza jurídica das sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos (Ac. do STA de 20/5/2010, P. 1113/09) – **84-14**

GONÇALVES, PEDRO COSTA – Uma decisão do STA com estilo, mas com pontos fracos (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 20/3/2014, P. 965/13) – **107-37**

KIRKBY, MARK – Poderes sancionatórios no contrato administrativo: um caso de usurpação de poderes (Ac. do STA de 22/4/2004, P. 2925/02) – **78-47**

LEITÃO, ALEXANDRA – Da pretensa subsidiariedade da acção para reconhecimento de direitos ou interesses legítimos face aos restantes meios contenciosos (Ac. do STA – 1.ª Secção,

de 18/2/1997, P. 40 257) – **7-16**

LEITÃO, ALEXANDRA – Duas questões a propósito da aplicação do DL n.º 134/98, de 15 de Maio (Acs. do STA – 1.ª Secção, de 15/10/1998, P. 44 171-A, e de 27/10/1998, P. 44 153) – **19-50**

LEITÃO, ALEXANDRA – Da natureza jurídica dos actos praticados pela Administração no âmbito da execução dos contratos (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 23/6/1998, P. 32 282) – **25-15**

LEITÃO, ALEXANDRA – Da aplicação do instituto do enriquecimento sem causa à invalidade dos contratos da Administração Pública (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 7/12/1999, P. 45 000) – **31-13**

LEITÃO, ALEXANDRA – Da natureza vinculativa dos contratos interadministrativos (Ac. do STA de 28/3/2012, P. 1151/11) – **95-26**

LEITÃO, ALEXANDRA – Da impugnabilidade de atos administrativos de execução (Ac. do TCA Sul de 29/9/2011, P. 7413/11) – **103-27**

LOPES, DULCE – Vias procedimentais em matéria de legalização e demolição: quem, como, porquê? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 2/2/2005, P. 633/04) – **65-27**

LOPES, DULCE – Plano, acto e contrato no direito do urbanismo (Ac. do STA de 18/5/2006, P. 167/05) – **68-11**

LOPES, DULCE – Mandado, por quem? (Ac. do Tribunal Constitucional n.º 145/2009 de 24/3/2009, P. 558/08) – **78-33**

LOPES, DULCE – *Euro Stadium* ou a importância de se ser “equipamento de utilização colectiva” (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 26/5/2010, P. 120/09) – **87-17**

LOPES, DULCE – Modificação de instrumentos de planeamento e execução de medidas de tutela da legalidade (Ac. do TCA Norte – 1.ª Secção, de 9/9/2011, P. 367-A/98-Porto) – **91-54**

LOPES, DULCE – *Ver*: GARCIA, MARIA OLINDA

LOPES, LICÍNIO – Aplicação do regime jurídico de empreitada de obras públicas às Instituições Particulares de Solidariedade Social (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 8/10/2002, P. 1308/02) – **55-17**

MAÇAS, FERNANDA – *ver* CALVETE, VICTOR

MAÇÃS, MARIA FERNANDA – Dever de reposição e direito a não repor (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 24/9/1996, P. 39 625) – **0-58**

MAÇÃS, MARIA FERNANDA – Correção do requerimento de suspensão da eficácia: uma jurisprudência a corrigir (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 3/10/1996, P. 37 933) – **2-33**

MAÇÃS, MARIA FERNANDA – Há notificar e notificar, há conhecer e impugnar (Acs. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 1/10/1997, P. 29 575, e de 26/11/1997, P. 36 927, e Ac. do STA

– 1.ª Secção, de 20/11/1997, P. 41 719) – **13-10**

MAÇÃS, MARIA FERNANDA – Nem sempre o caminho mais fácil é o melhor caminho (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 14/1/1999, P. 2214-A) – **30-53**

MAÇÃS, FERNANDA – A propósito da especial urgência do art. 131.º do CPTA: um caso particular de *periculum in mora* (Ac. do TCA Sul de 7.4.2011, P. 7184/11) – **96-15**

MACHADO, J. M. PIRES – Ainda a tutela judicial efectiva? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 23/6/1999, P. 43 972, e Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 16/12/1999, P. 2469) – **24-31**

MACHADO, JÓNATAS – Minorias religiosas, liberdade de culto e propriedade horizontal (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 23/10/2002, P. 1102/02) – **42-35**

MACHETE, PEDRO – O direito de ser ouvido no âmbito de procedimentos especiais (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 30/10/1996, P. 38 064) – **2-45**

MACHETE, PEDRO – A audiência dos interessados nos procedimentos de concurso público (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/12/1996, P. 33 602) – **3-37**

MACHETE, PEDRO – Conceito de instrução procedimental e relevância invalidante da preterição da audiência dos interessados (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 17/12/1997, P. 36 001) – **12-3**

MACHETE, PEDRO – Os limites do princípio da adequação formal e o direito à regulação provisória de relações jurídicas controvertidas (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 26/7/2000, P. 46 382) – **29-35**

MACHETE, PEDRO – Um procedimento indevido é igual a um procedimento inexistente? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 11/11/2003, P. 1084/03) – **66-17**

MACHETE, PEDRO – A ratificação-sanação: sanção apenas ou também substituição do acto ratificado? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 26/5/2010, P. 238/09) – **85-41**

MACHETE, PEDRO – As limitações *ratione temporis* de atos secundários praticados na pendência de processos de impugnação (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 21/6/2011, P. 208/10) – **91-26**

MACIEIRINHA, TIAGO – A audiência dos interessados e o direito fundamental ao ambiente (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 22/1/2004, P. 429/02) – **51-14**

MACIEIRINHA, TIAGO – Sobre as posições do autor e do contra-interessado em face da impossibilidade da prova (Ac. do STA de 3/5/2007, P. 29 420) – **67-34**

MARQUES, JOSÉ AUGUSTO SACADURA GARCIA – Do tratamento dos dados pessoais sensíveis (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 24/1/2002, P. 3023) – **39-44**

MARTINEZ, PEDRO ROMANO – Intimação para um comportamento. Providência cautelar (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/11/1996, P. 41 131) – **2-53**

MARTINS, AFONSO D'OLIVEIRA – Um caso (entre outros) de não cumprimento dos limites da jurisdição administrativa (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 9/5/2002, P. 48 136) – **36-25**

MARTINS, ANA GOUVEIA – Apreciação de propostas e respectiva ponderação no regime

das empreitadas de obras públicas (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 2/8/2000, P. 46 110) – **46-26**

MARTINS, ANA GOUVEIA – Tutela cautelar: prazos, caducidade e repetição da providência (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 15/9/2004, P. 620/04) – **75-24**

MARTINS, LICÍNIO LOPES – Regime da mobilidade no vínculo de emprego público e actos de gestão privada: uma conciliação (im)possível? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 3/4/2014, P. 1734/13) – **107-46**

MATOS, ANDRÉ SALGADO DE – Recursos hierárquicos necessários previstos em leis especiais: o recurso em matéria disciplinar no âmbito da GNR (Ac. do TCA Norte – 1.ª Secção, de 28/10/2010, P. 64/09.1BECBR; e Ac. do TCA Sul – 2.º Juízo, de 18/11/2010, P. 6326/10) – **87-42**

MEDEIROS, RUI – Admissibilidade de uma responsabilidade solidária em regime de litisconsórcio necessário (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 28/11/1996, P. 38 313) – **4-24**

MEDEIROS, RUI – A confirmação de uma certeza: o reconhecimento dos efeitos ultraconstitutivos das sentenças de anulação (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/4/1998, P. 41 132) – **13-37**

MEIRIM, JOSÉ MANUEL – A disciplina das federações desportivas no contencioso administrativo (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 30/4/1997, P. 27 407) – **4-3**

MEIRIM, JOSÉ MANUEL – Uma bicicleta para todos (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 10/2/1999, P. 37 023) – **17-3**

MEIRIM, JOSÉ MANUEL – Pombos públicos, pombos privados (Ac. do Tribunal dos Conflitos, de 9/7/2003, P. 7/03) – **43-32**

MEIRIM, JOSÉ MANUEL – Quem julga uma vez, julga duas ou três? Um caso de justiça desportiva (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 15/5/2007, P. 1159/06) – **66-53**

MENDES, ARMINDO RIBEIRO – Prazo de recurso e justo impedimento (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 25/11/1998, P. 34 284) – **15-15**

MENDES, ARMINDO RIBEIRO – Uma reclamação indesejada, verdadeira armadilha *contra actionem* (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, n.º 3/2012, P. 420/12, de 5/6/2012) – **97-26**

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – Presunção de culpa das autarquias locais: um imperativo do dever de boa administração (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/5/1995, P. 36 463) – **10-3**

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – O *fio da navalha*: (ir)responsabilidade da Administração por facto lícito (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/11/2003, P. 1110/02) – **46-41**

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – Responsabilidade do Estado por incumprimento do Direito da União Europeia: reflexões a pretexto de uma questão processual (Ac. do Tribunal da Relação do Porto, de 6/3/2006, Agravo 0650624) – **60-52**

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – Responsabilidade por incumprimento do Direito da União Europeia imputável à função legislativa: o passado e o futuro (Ac. do STJ, de

27/11/2007, P. 07A3954) – **72-3**

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – Irresponsabilidade do Estado-Juiz por incumprimento do Direito da União Europeia: um acórdão sem futuro (Ac. do STJ de 3/12/2009, P. 9180/07.3TBBERG.G1.S1) – **79-29**

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – Responsabilidade do Estado Juiz e justiça regional europeia em matéria de Direitos Humanos (Ac. do TCA Norte de 5/6/2015, P. 2533/06.6BEPRT) – **116-31**

MIRANDA, JOÃO – Em defesa da inconstitucionalidade do recurso hierárquico necessário (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 15/1/1997, P. 37 428) – **9-39**

MIRANDA, JOÃO – Alterações no decurso do procedimento de formação do Plano Director Municipal e protecção da confiança (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 23/2/1999, P. 44 087) – **20-28**

MIRANDA, JOÃO – Da recorribilidade do acto de indeferimento do pedido de alteração de pormenor ao PUCS (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 29/6/2000, P. 40 971) – **26-44**

MIRANDA, JOÃO – Da conformidade da declaração de utilidade pública de expropriação com Plano Director Municipal (Ac. do STA de 18/5/2004, P. 47 693) – **61-14**

MIRANDA, JOÃO – Âmbito dos poderes de controlo governamental no acto de ratificação de planos urbanísticos (Ac. do Pleno do STA de 4/6/2009, P. 797/05) – **89-19**

MIRANDA, JOÃO – A repartição do ónus da prova nas ações de responsabilidade civil por acidentes de viação em autoestradas concessionadas (Ac. do STJ de 14/3/2013, P. 201/06.8TBFAL.E1.S1) – **105-13**

MONCADA, LUÍS CABRAL DE – Erro de facto e falta de fundamentação no acto administrativo (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 29/6/2000, P. 2590) – **27-46**

MONCADA, LUÍS CABRAL DE – Indeferimento do pedido de suspensão da eficácia de norma por motivo de improcedência da acção principal (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 18/8/2004, P. 801/04) – **50-20**

MONCADA, LUÍS CABRAL – O regulamento independente no Direito português (Ac. do STA de 9/10/2008, P. 371/08) – **77-16**

MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES – Os princípios normativos são parâmetro de vinculação dos regulamentos? (Ac. do STA de 30/9/2009, P. 220/05) – **80-50**

MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES – Quando caem em desgraça os discípulos de Hipócrates ... – Algumas questões sobre responsabilidade civil médica da Administração (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 20/4/2004, P. 982/03) – **50-9**

MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES – Regulamentos e autovinculação administrativa (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 3/11/2005, P. 239/05) – **59-24**

MONIZ, ANA RAQUEL – A aprovação de um regulamento é um acto administrativo? (Ac. do STA de 11/3/2010, P. 1172/09) – **85-28**

MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES – Responsabilidade da Administração por prestação de cuidados de saúde e violação do dever de vigilância (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 29/5/2014, P. 922/11) – **110-37**

MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES – Pode a Administração desaplicar regulamentos inválidos? (Ac. do STA de 17/1/2013, P. 691/12) – **105-28**

MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES – Do reconhecimento de propriedade privada sobre os terrenos do domínio público marítimo (Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa de 12/1/2012, P. 1224/08.8TBSCR.L1-2) – **102-60**

MONTEIRO, CLÁUDIO – Ainda a suspensão de eficácia de actos administrativos de conteúdo negativo (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 24/10/1996, P. 41 029-A) – **1-24**

MONTEIRO, CLÁUDIO – Um órgão incompetente vale por dois (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/10/2002, P. 584/02) – **41-29**

MONTEIRO, CLÁUDIO – O controlo ambiental e urbanístico das obras públicas (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 16/3/2001, P. 42 268) – **45-6**

MONTEIRO, JORGE SINDE – Responsabilidade por informações (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 3/6/1998, P. 39 877) – **36-17**

MOURA, PAULO VEIGA E – Listas de antiguidade ou antiguidade das listas? (Ac. do TCA – 1.ª Secção, de 31/10/2002, P. 4382/02) – **42-51**

MOURA, PAULO VEIGA E – A (des)ilusão das quotas (Ac. do TCA Norte de 25.5.2012, P. 73/09.0BECBR) – **102-34**

NABAIS, JOSÉ CASALTA – Tarifa e questões fiscais: competência dos tribunais tributários (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 17/6/1997, P. 40 365) – **6-45**

NABAIS, JOSÉ CASALTA – Contratos fiscais *lato sensu* e impostos de receita municipal (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 11/2/1998, P. 42 149) – **11-23**

NABAIS, JOSÉ CASALTA – Impugnação administrativa necessária no direito fiscal (Ac. do STA – 2.ª Secção, de 8/6/1998, P. 21 272) – **17-32**

NABAIS, JOSÉ CASALTA – O arco temporal do facto tributário e a retroactividade dos impostos (Ac. do Tribunal Constitucional n.º 63/2006, P. 392/2005, de 24/1/2006) – **59-12**

NETO, LUÍSA – *De die ad diem*: os dias úteis ou a utilidade dos dias (Ac. do TCA Norte, de 8/2/2007, P. 1394/06.0BEPRT) – **74-37**

NETO, LUÍSA – O direito à audiência no procedimento disciplinar (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 11/12/1996, P. 29 875) – **8-3**

NETO, LUÍSA – Liberdade de acesso à profissão – Ponto de Ordem (Ac. do TCA Sul de 1/7/2010, P. 6392/10) – **84-57**

NEVES, ANA FERNANDA – Legitimidade processual do participante de situação qualificável como infracção disciplinar (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 15/1/1997, P. 29 150) – **9-25**

NEVES, ANA FERNANDA – Contratos de pessoal da função pública e o acto de abono de vencimentos (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 21/10/1997, P. 38 895) – **19-25**

NEVES, ANA FERNANDA – A entrevista profissional de selecção no concurso de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública e a “síndrome da Cinderela” (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 27/5/1998, P. 37 068) – **20-18**

NEVES, ANA FERNANDA – O princípio da tipicidade no direito disciplinar da função pública (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 19/3/1999, P. 30 896) – **32-11**

NEVES, ANA FERNANDA – O pagamento de trabalho extraordinário não autorizado (Ac. do TCA Sul de 26.1.2012, P. 3772/08) – **96-43**

NEVES, MARIA JOSÉ L. CASTANHEIRA – Os vogais da Junta de Freguesia e a desconhecida eficácia da sua eleição (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 9/10/2014, P. 583/14) – **112-41**

NOVAIS, JORGE REIS – “Direito, liberdade ou garantia”: uma noção constitucional imprestável na justiça administrativa? (Ac. do TCA Sul, de 6/6/2007, P. 2539/07) – **73-44**

OLIVEIRA, ANDREIA SOFIA PINTO – Quem faz o que pode, a mais não é obrigado? – Sobre a medida e o ónus da prova nos processos de asilo (Ac. do TCA Sul de 4/11/2004, P. 362/04) – **70-58**

OLIVEIRA, ANDREIA SOFIA PINTO – Legitimidade processual na intimação para protecção do direito ao reagrupamento familiar (Ac. do TCA Sul de 9/12/2010, P. 6606/10) – **86-27**

OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO – Poderes paralelos ao ataque da autonomia municipal (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 7/5/1996, P. 30 328) – **0-40**

OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO – Tutela administrativa: por uma lei que fortaleça o Estado de Direito (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/1/1997, P. 41 238) – **4-39**

OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO – A EDP, os municípios e o Governo. Tutela administrativa. Reserva de jurisdição (Ac. do Tribunal Constitucional n.º 260/98, P. 418/93, de 5/3/1998) – **9-11**

OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO – Autarquias locais: poderes de impugnação dos membros dos órgãos colegiais (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 19/11/1998, P. 41 764) – **25-27**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Nulidade do deferimento tácito do licenciamento de obras: uma solução congruente? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 27/2/1997, P. 41 563) – **4-51**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Impugnação de normas ou impugnação de actos? (Acs. do STA – 1.ª Secção, de 8/7/1997, P. 38 632, e de 23/9/1997, P. 38 991) – **7-44**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Duas questões no direito do urbanismo: aprovação de projecto de arquitectura (acto administrativo ou acto preparatório?) e eficácia de alvará de loteamento (desuso?) (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/5/1998, P. 43 497) – **13-42**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Cedências para o domínio público e alterações a

loteamento: como conciliar? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 20/10/1999, P. 44 470) – **21-41**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Medidas preventivas e silêncio da Administração (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 11/1/2001, P. 45 861) – **29-47**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Há expropriar e expropriar ... (ou como alcançar os mesmos objectivos sem garantir os mesmos direitos) (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 20/11/2001, P. 35 703) – **35-41**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Coordenar e concertar, em vez de mandar (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 12/12/2002, P. 46 819) – **39-24**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – O direito de edificar: dado ou simplesmente admitido pelo plano? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 1/2/2001, P. 46 825) – **43-49**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – A intimação para a emissão de alvará: preclusivo dos poderes de anulação administrativa da licença? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 27/10/2005, P. 408/05) – **60-32**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – “Água mole em pedra dura...”. De novo o acto de aprovação do projecto de arquitectura (Ac. do TCA Sul de 28/10/2009, P. 4110/08) – **84-46**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Interessados na expropriação e interessados na impugnação da declaração de utilidade pública: coincidência? (Ac. do TCA Norte de 20/1/2011, P. 204/07.5BEMDL) – **89-50**

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – Áreas e índices em loteamentos urbanos abrangidos por RAN e REN: brutos ou líquidos, eis a questão! (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 6/11/2014, P. 1422/13) – **111-33**

OLIVEIRA, RODRIGO ESTEVES DE – Acórdão *Acoset*: as alternativas procedimentais na constituição de uma PPPI vistas à luz do direito comunitário (Ac. do TJUE de 15/10/2009, proc. C-196/08) – **92-3**

PEREIRA, PAULA ROSADO – A responsabilidade civil extracontratual do Estado e a competência dos tribunais fiscais (Ac. do TCA Norte de 3/5/2013, P. 1084/11.BEPRT) – **108-54**

PEREIRA, RAVI AFONSO – A constituição de servidão administrativa como “determinação do conteúdo e limites da propriedade” (Ac. do TCA Sul de 25/9/2014, P. 2739/2007) – **111-53**

PIÇARRA, NUNO – Fundo Social Europeu. Repartição de competências entre a Comissão e o DAFSE. Acto de mera execução (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 3/6/1997, P. 37 942) – **10-11**

PIÇARRA, NUNO – Recurso de revisão de que “decisões inconciliáveis” com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem? (Ac. do TCA Norte de 8/7/2011, P. 5/04.0BEPRT-A) – **92-49**

PINTO, CLÁUDIA SAAVEDRA – Os litígios emergentes no âmbito dos órgãos colegiais (Ac. do TCA Sul de 14/11/2007, P. 2879/07) – **79-46**

PINTO, RUI – Reclamação para a conferência e direito ao recurso. A propósitode uma solução de “remédio” do Tribunal Constitucional (Ac. do Tribunal Constitucional – 3.ª Secção – n.º 124/2015, de 12/2/2015, P. 629/2014) – **111-11**

PORTOCARRERO, MARIA FRANCISCA – Aferição judicial *ab extra* da legalidade do exercício administrativo discricionário – posição de princípio? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 6/12/2006, P. 881/06) – **66-34**

PORTOCARRERO, MARIA FRANCISCA – Discricionaridade e conceitos imprecisos: ainda fará sentido a distinção? (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 20/11/1997, P. 39 512) – **10-26**

PORTOCARRERO, MARTA – A audiência dos interessados e o conteúdo da fundamentação (Acs. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 13/4/2000, P. 41 540, e de 9/3/2000, P. 44 231) – **41-14**

QUADROS, INÊS – A União Europeia, a tributação automóvel e o reenvio prejudicial (Ac. do STA de 27/1/2010, P. 766/09) – **81-12**

RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS – Ainda o acesso à informação detida por empresas públicas (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 30/5/2012, P. 263/12) – **98-37**

RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS – Grelha + nota = fundamentação. A questão da fundamentação numérica (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 21/1/2014, P. 1790/13) – **109-30**

RAMOS, JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO – Tiro aos pombos: uma violência injustificada (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 23/9/2010, P. 399/10) – **87-29**

RAPOSO, JOÃO – Da aplicação da eficácia interruptiva do n.º 2 do artigo 31.º da Lei de Processo nos Tribunais Administrativos à impugnação administrativa necessária (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/1/1997, P. 37 817) – **5-33**

RAPOSO, JOÃO – A propósito da remessa postal da petição de recurso contencioso (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 4/12/2002, P. 1232/02) – **38-27**

ROMÃO, DALILA – Um parecer é um parecer... no licenciamento de afixação de publicidade (Ac. do STA – 2.ª Secção, de 26/6/2013, P. 232/13) – **110-14**

ROQUE, MIGUEL PRATA – A urgência tem limites (!) – Breve apontamento sobre os poderes do juiz cautelar (Ac. do TCA Sul, de 28/10/2004, P. 273/04) – **50-44**

ROQUE, MIGUEL PRATA – “*E tudo o tempo levou...*” – duração excessiva do procedimento e igualdade das partes na Justiça Administrativa europeia (Ac. “*FEG*”, do TJCE, de 21/9/2006, P. C-105/04 P) – **67-19**

ROQUE, MIGUEL PRATA – Providências cautelares com prazo de validade? – O protelamento no acesso à tutela cautelar administrativa (Ac. do TCA Sul de 9/3/2006, P. 1307/05) – **73-32**

ROQUE, MIGUEL PRATA – Acto nulo ou acto anulável? – A jus-fundamentalidade do direito de audiência prévia e do direito à fundamentação (Ac. do Tribunal Constitucional n.º 594/2008, de 10/12/2008, P. 1111/07) – **78-17**

ROQUE, MIGUEL PRATA – Mil e uma formas de parar um “bulldozer”? – A impugnação de acto administrativo de demolição de obra ilegal (Ac. do TCA Norte de 13/1/2011, P. 1885/10.8BEPRT) – **89-34**

ROQUE, MIGUEL PRATA – “Alto e pára o baile!” – O excecional prejuízo para o interesse público como mera causa de inexecução da decisão cautelar (Ac. do TCA Sul de 17/3/2011, P. 7278/11) – **97-37**

SÁNCHEZ, PEDRO FERNÁNDEZ – A persistência das dúvidas acerca do alcance das causas de não adjudicação em procedimentos de contratação pública (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 20/3/2014, P. 1898/13) – **109-47**

SÈVES, ANTÓNIO LORENA DE – O concurso de provimento na função pública: entre a *organização* e a *alteridade* (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 24/10/1996, P. 39 989) – **3-31**

SILVA, GERMANO MARQUES DA – Apreensão de veículo em processo de inquérito (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 21/10/1997, P. 34 677) – **10-21**

SILVA, JOSÉ LUÍS MOREIRA DA – Cassandra e o artigo 268.º, n.º 5, da Constituição (Ac. do Tribunal Constitucional n.º 556/2000, de 13/12/2000, P. 288/98) – **35-24**

SILVA, LUÍS GONÇALVES DA – Ainda ..., e sempre a recorribilidade do acto administrativo (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 12/12/1996, P. 40 330) – **8-13**

SILVA, LUÍS GONÇALVES DA – Os contra-interessados na suspensão da eficácia dos actos administrativos (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 4/2/1998, P. 43 441) – **12-39**

SILVA, LUÍS GONÇALVES DA – Da difícil relação entre a acção para o reconhecimento de direito e a acção (chamada recurso) de anulação (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 23/6/1999, P. 44 697) – **23-32**

SILVA, PAULA COSTA E/CALDAS, FILIPA – O tempo jurídico e o tempo gregoriano: a suspensão do prazo para impugnação de actos administrativos (Ac. do TCA Norte de 23/9/2011, P. 89/10.4BECBR) – **95-43**

SILVA, SUZANA TAVARES – Manifestação da nova ciência do direito administrativo ou “infeliz coincidência”? (Ac. do TCA Sul de 5/3/2009, P. 4493/08) – **77-29**

SILVA, SUZANA TAVARES DA – O que é nosso, nosso é (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 24/11/2004, P. 672/02) – **57-3**

SILVEIRA, LUÍS – Processo de asilo. Ónus da prova (Ac. do TCA Sul de 21/2/2013, P. 9498/12) – **103-38**

SOUSA, CONSTANÇA URBANO DE – A naturalização do estrangeiro residente: concretização do direito fundamental à cidadania portuguesa (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 5/2/2013, P. 76/12) – **107-23**

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE – A notificação das partes dos processos suspensos nos processos em massa (Acs. do STA, n.º 1/2009, P. 790/08, de 27/11/2008, e n.º 2/2009, P. 791/08, de 22/1/2009) – **74-18**

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE – Arguição de vícios pelo Ministério Público no recurso de anulação (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 12/12/1996, P. 38 511) – **5-25**

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE – Falta de interesse processual no contencioso administrativo (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 6/5/1997, P. 42 131) – **7-24**

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE – A admissibilidade da intervenção principal espontânea no recurso contencioso (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 9/10/1997, P. 18 487) – **13-29**

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE – A competência material para a acção popular administrativa (Ac. do Tribunal dos Conflitos, de 11/1/2000, P. 343) – **23-20**

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE – Notificação irregular do acto administrativo e prazo de interposição de recurso (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 24/5/2001, P. 47 316) – **37-13**

TAVARES, JOSÉ F. – A fiscalização prévia do Tribunal de Contas e o recurso contencioso do acto administrativo (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/12/1997, P. 42 108) – **18-12**

TAVARES, JOSÉ F. F. – A fiscalização prévia do Tribunal de Contas e o exercício da actividade administrativa (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 16/2/2000, P. 42 432) – **25-33**

TEIXEIRA, FRÉDÉRIC – *Ver:* AMORIM, JOÃO PACHECO DE

TORRES, MÁRIO – Ainda a (in)impugnabilidade da aprovação do projecto de arquitectura (Ac. do Tribunal Constitucional n.º 40/2001, de 31/1/2001, P. 405/99) – **27-34**

VEIGA, PAULA – *Ver:* CASTRO, CATARINA SARMENTO E

VIANA, CLÁUDIA – A avaliação da capacidade económica e financeira nos procedimentos de contratação pública (Ac. do STA de 2/3/2004, P. 58/04) – **61-41**

VIANA, CLÁUDIA – A prevenção do “facto consumado” nos procedimentos de contratação pública – uma perspectiva de direito comunitário (Ac. do STA de 20/3/2007, P. 1191/06) – **68-26**

VIANA, CLÁUDIA – A participação de entes públicos (e equiparados) como concorrentes em procedimentos de contratação pública (Ac. do STA de 25/3/2009, P. 55/09) – **75-35**

VIANA, CLÁUDIA – A aplicação do regime de contratação pública aos hospitais E.P.E. (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 14/7/2010, P. 381/10) – **85-51**

VIANA, CLÁUDIA – A interpretação e aplicação do art. 128.º do CPTA em conformidade com o direito europeu dos contratos públicos (Ac. do TCA Sul – 2.º Juízo, de 28/10/2010, P. 6616/10) – **91-41**

VIANA, CLÁUDIA – O ajuste directo concorrencial e a vinculação da entidade adjudicante (Ac. do STA de 2/11/2010, P. 416/10) – **103-10**

VIEIRA, MARIA FILOMENA – Suspensão da eficácia e legitimidade do Ministério Público para recorrer (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 14/8/1996, P. 40 824) – **3-19**

VILAÇA, JOSÉ LUÍS DA CRUZ – Direito comunitário e direito interno: decisão da Comissão baseada no artigo 21.º do Regulamento sobre o controlo das concentrações – O “caso

Champalimaud” (Ac. do STA – 1.ª Secção, de 27/10/1999, P. 45 389-A) – **29-18**

XAVIER, BERNARDO – Requisição civil, serviços mínimos e greve (Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 20/3/2002, P. 43 934) – **42-15**

XAVIER, BERNARDO DA GAMA LOBO – Foro competente para apreciar a legalidade das portarias (ou regulamentos) de extensão (Ac. do TCA de 20/6/2002, P. 11 254-A) – **65-39**